

CAPÍTULO 36

DOI: <https://doi.org/10.58871/conimaps24.c36.ed05>

DISCRIMINAÇÃO E SAÚDE MENTAL: IMPACTO DO ESTIGMA RELACIONADO AO USO DE SUBSTÂNCIAS

DISCRIMINATION AND MENTAL HEALTH: IMPACT OF STIGMA RELATED TO SUBSTANCE USE

NATHÁLIA MARTINS DE PAULO CÂNDIDO

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

ALINE SAMARA BASTOS SILVA

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

ANNA CAROLINA RODRIGUES CHAVES

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

HELOÍSA FREDERICO CARDOSO

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

JÚLIA CERQUEIRA MARCASSA

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

MARCELO PIRES CAMPIOL

Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

MATHEUS MAIA MELO

Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

TELMO RODRIGUES BATISTA FILHO

Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais¹

LAILA THAÍSSA DA SILVA MENEZES

Mestranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo²

BETTIELI BARBOZA DA SILVEIRA

Doutora em Psicologia docente da Universidade do Estado de Minas Gerais¹

RESUMO

O presente capítulo possui como objetivo refletir sobre o estigma associado ao uso de substâncias psicoativas. Adicionalmente, serão dialogadas as possibilidades de atuação profissional da Psicologia na área, assim como os impactos à vida do sujeito adicto, assim como explorar os desafios e as possibilidades de atuação profissional da psicologia. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura (Sampaio; Mancini, 2007) que consultou as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e os achados foram organizados e analisados qualitativamente por meio do método da Análise Temática (Braun; Clarke, 2006), ainda, foram consultadas legislações brasileiras sobre o tema. O estudo englobou a relação entre

estigma e as dificuldades da reinserção social do indivíduo, as possíveis intervenções frente à marginalização da pessoa que faz o uso de substâncias psicoativas; e o papel da psicologia diante do enfrentamento dos estigmas e no acolhimento do sujeito. Entre os resultados observados, tem-se: a relação entre estigma e discriminação do indivíduo e a dificuldade de reinserção social; questões políticas, econômicas, sociais e culturais que impactam na construção de tais estigmas; a importância da atuação da Rede de Atenção Psicossocial juntamente com o CAPS-AD para se pensar estratégias de cuidado e garantia de direitos para o indivíduo adicto; e, ainda, os atravessamentos que o estigma pode desencadear para o sujeito e sua saúde mental. Ao fim, percebe-se, então, o papel da psicologia frente ao tratamento a adictos, pensando-se na reinserção social, pertencimento, em uma escuta atenta e qualificada e na garantia de direitos dos indivíduos.

Palavras-chave: saúde mental; dependência química; estigma social.

ABSTRACT

This chapter aims to reflect on the stigma associated with the use of psychoactive substances. Additionally, the possibilities of professional performance of Psychology in the area will be discussed, as well as the impacts on the life of the addicted subject, as well as exploring the challenges and possibilities of professional performance of psychology. For this, a systematic literature review (Sampaio & Mancini, 2007) was carried out, which consulted the databases of the Virtual Health Library (BVS), and the findings were organized and qualitatively analyzed using Thematic Analysis (Braun & Clarke, 2006). Furthermore, Brazilian legislation on the subject was reviewed. The study encompassed the relationship between stigma and the difficulties of the individual's social reintegration, the possible interventions in the face of the marginalization of the person who uses psychoactive substances; and the role of psychology in facing stigmas and welcoming the subject. Among the results observed, there are: the relationship between stigma and discrimination of the individual and the difficulty of social reintegration; political, economic, social and cultural issues that impact the construction of such stigmas; the importance of the Psychosocial Care Network together with the CAPS-AD to think about care strategies and guarantee rights for the addicted individual; and, also, the crossings that stigma can trigger for the subject and their mental health. In the end, the role of psychology in the treatment of addicts is perceived, thinking about social reintegration, belonging, attentive and qualified listening and the guarantee of individuals' rights.

Keywords: mental health; chemical dependency; social stigma.

1 INTRODUÇÃO

O estigma, segundo Ronzani e Furtado (2010), é descrito como a rotulação e estereotipação negativa de determinados comportamentos. Este conceito é frequentemente relacionado com transtornos psiquiátricos e pode conduzir à discriminação negativa do indivíduo com transtorno mental. Levando esse, conseqüentemente, a possuir prejuízos e desvantagens como, preconceito, dificuldade de acesso a cuidado, violência e também, a internalização dessa visão discriminatória, por parte do próprio indivíduo (Rocha *et al.*, 2015).

Assim, um dos transtornos psiquiátricos que este conceito é frequentemente associado, é o transtorno relacionado ao uso de substâncias, que abrange diversas características, sendo

essas a partir do uso ou abuso de: álcool; drogas; cafeína; alucinógenos; inalantes; opióides; sedativos; hipnóticos e ansiolíticos (DSM-V, 2014). Uma vez que, esse transtorno está ligado ao vício e a abstinência, os indivíduos que são acometidos por ele, transparecem sinais visíveis de suas condições. Seja em virtude dos sintomas ou em decorrência dos efeitos colaterais, os quais podem fazer com que estes sejam vistos como fracos, preguiçosos ou ameaçadores (Rocha *et al.*, 2015).

Diante desse contexto, a associação entre o estigma e os Transtornos Relacionados a Substâncias corrobora para uma imagem cada vez mais pessimista dos indivíduos acometidos por esses transtornos. De acordo com Parker (2013), o termo estigma possui uma carga histórica construída por décadas, e que se vincula diretamente a questões relacionadas a doenças, desfiguração física, deficiências, ausência de moradia entre outros aspectos que desde então eram tidos como negativos. Nesse sentido, é comum que indivíduos com esses transtornos sejam afetados por um pré-julgamento social, uma vez que ambos os conceitos estão relacionados.

A fim de garantir melhora nas condições de vida dos usuários de substâncias, podendo assim reduzir os danos derivados dos transtornos, é implementado no Brasil a Lei nº11.343/2006, que ocasiona o surgimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Esse sistema busca articular e coordenar mecanismos de prevenção e reinserção dos usuários, além da repressão e venda de drogas (Brasil, 2006). Com isso, o indivíduo passa a ter um amparo jurídico que assegura uma elevação na qualidade de vida.

Assim, este capítulo tem como objetivo analisar o impacto que o estigma possui quando associado ao uso de substâncias, explorando também os desafios e possibilidades frente a essa temática.

2 METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo que propõe uma revisão sistemática de literatura (Sampaio; Mancini, 2007), para tanto foram consultadas as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando os critérios: trabalhos completos; textos em português; publicados no Brasil. Com os descritores “estigma social”, “dependência química”, “discriminação e saúde mental”. Inicialmente foram selecionados textos dos últimos 10 anos, contudo, devido a baixa quantidade de materiais, se estendeu a busca por materiais dos últimos 20 anos.

A partir dos materiais selecionados foram excluídos aqueles que não se relacionam com a temática do estudo e duplicidades. Restaram 18, assim os dados foram organizados e analisados qualitativamente por meio do método da Análise Temática (Braun; Clarke, 2006).

Suscitaram três principais temáticas: o estigma e a dificuldade da reinserção social; estratégias e desafios da rede pública de saúde e da psicologia na redução de danos e os estigmas sociais; o papel da psicologia na intervenção e acolhimento de adictos. Estes, serão abordados na próxima seção. Ainda, para complementar o estudo foram consultadas legislações e resoluções brasileiras que se relacionam com o objeto de estudo.

Esta pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro a junho de 2024.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ministério da Saúde registrou que, durante a pandemia do covid-19, 400,3 mil pessoas foram atendidas pela rede pública com transtornos associados ao uso abusivo de álcool e drogas (Brasil, 2022). Posteriormente, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), responsável pela coordenação e monitoramento voltado para a redução da demanda de drogas, divulgou mais de 20 mil pessoas atendidas por problemas associados à dependência química, apenas no segundo semestre de 2023 (Brasil, 2023). Somado a isso, segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e o previsto na Lei nº 11.343/2006, é direito do indivíduo adicto o acesso à assistência e medidas voltadas para a reinserção social (Brasil, 2006).

Entretanto, a partir de estudos voltados para esse público, foi percebido que, apesar da quantidade alarmante de pacientes adictos, ocorre uma ligação direta entre as dificuldades de reinserção social desse público e os estigmas sociais. Ou seja, os estigmas, definidos como a marginalização ou exclusão do indivíduo do meio social, gerando agravamento ou dificuldades em quesito de socialização e ressocialização, está presente entre diversas condições de saúde, dentre elas os transtornos por uso de substância (Neto, 2019, p.88).

Como exemplo desse contexto, segundo o estudo que observou os atendidos pelo Programa de Acolhimento e Reinserção no Trabalho (PART), foi notado que o estigma presente no trabalho dos servidores eram dificultadores da reinserção social dos mesmos (Neto, 2019). Segundos os resultados de Neto (2019), notou-se que a presença do estigma social é reforçada pelo processo de institucionalização, além de que a gestão, também analisada, avorecem a discriminação institucional. Ademais, Da Mata *et al.* (2021), ao analisar as vivências dos pacientes do CAPS-ad, no que tange a reinserção social e os estigmas perpassados, obteve como resultado que o uso de substâncias influencia diretamente na visão social sobre o adicto, rotulando o mesmo como indivíduo marginalizado.

Neste sentido, no contexto social de indivíduos em busca da reinserção social, um dos fatores que potencializa o estigma sobre os adictos é a constante associação entre o uso de álcool

e drogas com a delinquência, culminando na promoção da segregação social sofrida por estes (Bastos; Albert, 2018, p.216). No entanto, através da segregação reforçada sobre este estigma, Junior *et al.* (2016) aponta que quando empresas se deparam com o fato de que há uma relação dificultosa entre um funcionário e substâncias químicas, estas têm o hábito de despedir seus empregados, fator que potencializaria exclusão social e sua posição marginalizada (Scheffer; Quixaba, 2015, p.81-82).

Além disso, os estereótipos são uma forma de reforçar o estigma sofrido por esta população. Visto que, os estereótipos são tratados como opiniões, conceitos ou pontos de vista, em que atributos são atrelados a conjuntos diversos de pessoas (Silveira, *et al.*; 2019). Assim, como o uso de drogas é comumente associado a comportamentos violentos e causas de morte, este discurso é depositado, muitas vezes por referências errôneas ou exageradas passadas pela mídia, sobre o usuário generalizando tais problemas como se este, automaticamente, fosse culpado, sem que haja uma chance de que o mesmo seja compreendido (Mota, 2005).

Por conseguinte, tendo socialmente que a adição às drogas é unicamente direcionada a seus usuários, a tendência ao estigma é reforçada, gerando sentimentos como repulsa, desprezo, ações de punição e distanciamento do estigmatizado quase como uma medida preventiva (Carmo; Rosa, 2015). Desta forma, visto como sujeito “perigoso” e depositário de tais conflitos, tais representações caem sobre o próprio adicto, de forma que sua autoimagem, reafirmando para si e aqueles a seu redor o estigma social que a eles foi atribuído, cristalizando o ciclo de exclusão social que estes estão sujeitos (Melo; Maciel, 2016).

Inserido em evidência, o papel da psicologia, se faz necessária para o interesse desse grupo, contribuindo com a Redução de Danos- RD (Oliveira; Comis, 2021). Com isso, a estratégia RD se encontra como saúde pública, para reduzir as consequências causadas pelo alto consumo de bebidas alcoólicas e o uso de outras drogas, aplicando-se às pessoas que desejam parar ou diminuir a ingestão dessas substâncias (Marlatt, 2009).

No ano de 2005, a Redução de Danos passou a fazer parte do Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e outras drogas (CAPS-AD). Em vista disso, a instituição apresenta uma equipe multiprofissional para contribuir nos auxílios da comunidade, dentre esses, encontra-se o profissional de psicologia. Com isso, o psicólogo contém o papel de acolher cada pessoa respeitando a singularidade, construindo juntamente caminhos de possibilidade e ligando o usuário a uma vida cotidiana, para que possa ser reinserido na sociedade (Santos *et al.*, 2011).

Além disso, o profissional executa avaliações e manejos para que melhor se organizem sobre os envolvidos no abuso e uso de substâncias, para que realizem uma escuta qualificada e intervenham no reconhecimento do própria pessoa diante dos fatores de risco e de proteção

(Valério et al., 2011). Desse modo, deve proporcionar um ambiente que o sujeito se sinta à vontade, não havendo julgamentos, abrindo possibilidades entre as relações, sendo capaz de promover a redução de danos na vida do usuário (Oliveira; Comis, 2021).

Evidencia-se a importância de políticas sociais públicas com o objetivo de refletir sobre os atravessamentos políticos, sociais e territoriais presentes nos modelos de cuidado atuais. Considerando essa questão como um problema de saúde pública, é necessário que existam formas de intervir na produção de estigmas e na marginalização que impedem a reinserção social dos indivíduos (Gandolfi, 2017).

Sendo assim, um dos desafios encontrados pela rede de atenção psicossocial é a necessidade de mudanças culturais que combatam a marginalização das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, o que leva a processos de exclusão social, dificuldade de acesso a dispositivos da rede de saúde, negligência e vivência de desigualdades nas condições básicas de cidadania estabelecidas pela lei. Portanto, pensar no trabalho que a RAPS desenvolve com esse público inclui também a problematização dessas questões para que possa ocorrer uma mudança social e subjetiva, alcançando uma nova forma de cuidado e atenção (Santos, 2022).

Além disso, o combate aos estigmas e preconceitos é garantido no Art. 2º da Portaria 3.088 de 2011, responsável pela inserção da Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, é comum que os gestores encontrem dificuldades na operacionalização dessa diretriz dentro do território, uma vez que se depende das características locais, em suas potencialidades, desafios e arranjos sociais, que são atravessados pela cultura e, principalmente, levando em conta as principais demandas daquela comunidade (Santos, 2022). Conseqüentemente, como parte da equipe multiprofissional dos dispositivos de saúde que compõem a RAPS, as psicólogas atuarão diretamente com essas situações apresentadas.

Em síntese, a psicologia possui um papel fundamental no tratamento a adictos, visto que, o uso de substâncias acarreta mudanças significativas na vida do indivíduo e em suas relações sociais, impactando assim, em sua saúde mental. Independente da abordagem terapêutica a ser realizada, a construção do vínculo e a postura empática frente ao sofrimento do paciente são essenciais para a eficácia do tratamento. As formas de tratamento mais utilizadas nesses casos são: psicoterapia individual e psicoterapia em grupo, podendo ser realizadas em consultórios particulares, clínicas, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), dentre outras (Fernandes *et al.*, 2013).

Os grupos terapêuticos são uma estratégia muito utilizada no contexto do abuso de substância, visto que, auxiliam na construção de habilidades sociais e na troca de experiências. Uma vez que, como supracitado, os pacientes adictos enfrentam diversos estigmas perante a

sociedade, onde suas demandas e sofrimentos não são ouvidos, acolhidos e validados. Dessa forma, é extremamente importante uma abordagem terapêutica que ofereça um local que promova a sensação de pertencimento e segurança para expor suas angústias (Bard *et al.*, 2016; Melo e Maciel, 2016).

No estudo realizado por Faria, Almeida e Moraes (2018), foi demonstrado que existe uma dificuldade significativa no reconhecimento pessoal para além da identidade de usuário de substâncias. Esse fato evidencia como o estigma afeta diretamente o autorreconhecimento do indivíduo. No grupo de Álcool e outras Drogas (AD) pode-se trabalhar com diversas temáticas que atravessam a vida do indivíduo, no entanto, é necessário que o psicólogo atente-se às demandas específicas que irão surgir no coletivo. (Faria; Almeida; Moraes, 2018).

Dessa forma, no grupo AD pode-se trabalhar questões relacionadas a conscientização dos riscos e malefícios, identificação da rede de apoio, fortalecimento de vínculos sociais, sensação de pertencimento, troca de experiências, identificação dos gatilhos, os pensamentos, sentimentos e comportamentos relacionados à abstinência e trabalhar frente aos estigmas enfrentados. Visto isso, o profissional de psicologia mostra-se essencial para o acolhimento, escuta qualificada e suporte para as mudanças que estes pacientes anseiam para suas vidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É observável que o estigma se relaciona com a discriminação do sujeito que faz o uso de substâncias psicoativas. Percebe-se uma dificuldade de reinserção social dos pacientes adictos, visto que há uma marginalização e exclusão do indivíduo, questões essas provenientes de preconceito, dificuldade de acesso à serviços que possam ofertar formas de cuidado, desigualdades, negligência e, ainda, violências. A partir disso, muitas vezes, há uma associação entre o uso de álcool e outras drogas com a delinquência e comportamentos violentos e, como consequência, uma culpabilização do usuário, trazendo impactos em como o próprio adicto se percebe.

Desse modo, a Psicologia enquanto ciência e profissão pode trazer algumas contribuições, sendo uma delas a estratégia da Redução de Danos, quando são pensadas as consequências que o uso de álcool e outras drogas podem gerar, sendo um modo de cuidado ofertado a pessoas que desejam parar o uso ou diminuí-lo. Tal estratégia se faz presente nos trabalhos que acontecem no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras drogas (CAPS-AD), em que a singularidade de cada indivíduo e uma prática que acontece no território são consideradas, pensando, inclusive, na reinserção social.

Questões políticas, econômicas, sociais e culturais são aspectos que impactam na formação e perpetuação de estigmas, discriminação e marginalização dos sujeitos adictos e, devido a isso, políticas públicas devem ser pensadas considerando tais fatores. Assim, transformações culturais, também, são necessárias pensando na marginalização e estigma dos sujeitos, a fim de possibilitar melhor a reinserção social. Desse cenário, o trabalho que a Rede de Atenção Psicossocial possibilita, a fim de que um cuidado atento seja ofertado, conversa com os atravessamentos dos aspectos mencionados. Vale ressaltar que o combate aos estigmas, também, é garantido por diretrizes.

Refletindo, ainda, sobre o papel da Psicologia no tratamento a adictos, haja visto que o uso de substâncias pode trazer impactos na saúde mental do indivíduo e em suas relações, esse se faz importante, podendo ser ofertado de forma individual ou em grupo, sendo que essa última modalidade auxilia na socialização e em um espaço de escuta atenta, em que se considera as demandas que surgem no coletivo. A partir disso, o pertencimento pode ser promovido para pessoas que muitas vezes são invisibilizadas. Logo, os grupos terapêuticos se revelam como formas de cuidado que possibilitam trocas de experiências, pertencimento e olhares para os afetos que reverberam nesse espaço.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. ed. 5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BASTOS, Adriana Dias de Assumpção; ALBERTI, Sonia. Crack! A redução de danos parou, ou foi a pulsão de morte?. **Psicologia USP**, v. 29, n. 2, p. 212-225, 2018.

BARD, Nathália Duarte. Estigma e preconceito: vivência dos usuários de crack. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, n. 24, 2016.

BRASIL. **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 1-23, 23 jan. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 11% no SUS**. 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/atendimento-a-pessoas-com-transtornos-mentais-por-uso-de-alcool-e-drogas-aumenta-11-no-sus#:~:text=No%20Brasil%2C%20em%202021%2C%20o,ano%20com%20356%20mil%20registros>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **MDS encerra 2023 com atendimento a mais de 20 mil pessoas com problemas decorrentes de álcool e drogas**. 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt->

br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-encerra-2023-com-atendimento-a-mais-de-20-mil-pessoas-com-problemas-decorrentes-de-alcool-e-drogas.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CARMO, Veralúcia Bonfim; DE OLIVEIRA ROSA, Angélica Barroso. Representação Social Dos Estudantes De Psicologia Acerca Do Dependente Químico No Contexto Da Reinserção Social. **Anais do XI Colóquio do Museu Pedagógico**, p.2291-2305, 2019.

DA MATA, Ester Huebra et al. Estigmas Sobre Os Usuários Do Caps-Ad: Impactos Na Reinserção Social. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 7, 2021.

FARIA, Victor Gabriel Souza; ALMEIDA, Camila Souza; MORAES, Bianca de Freitas. Grupos operativos com usuários de álcool e outras drogas. **Rev. Ciênc. Ext.**, v. 14, n. 4, p. 126-137, 2018.

FERNANDES, Simone; et al. Psicologia na Abordagem da Dependência Química. *In*: SIGNOR, Luciana; et al. (org.). **Abordagem Multidisciplinar da Dependência Química**. 1. ed. Santos, 2013, p. 99-110.

GANDOLFI, Carolina Melati. **Paradigmas e desafios das políticas públicas sociais brasileiras no trato do álcool e outras drogas: da marginalização à redução de danos**. *In*: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2017. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017.

JUNIOR, Itamar José Felix; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; CALHEIROS, Paulo Renato Vitória. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 104-122, 2016.

MARLATT, G. Alan. Redução de danos: estratégias prática para lidar com comportamentos de alto risco. *In*: **Redução de danos: estratégias prática para lidar com comportamentos de alto risco**. 2015. p. 275-275.

MOTA, Leonardo De Araujo. **Drogas e Estigmas**. Fortaleza. 2005, p.1.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, p. 76-87, 2016.

NETO, Fidelis Ranali. **O estigma do uso de drogas em uma instituição pública**. 2019. Tese de Doutorado. [sn].

OLIVEIRA, Eduarda; COMIS, Maria Angélica de Castro. Atuação dos Psicólogos com Redução de Danos: Revisão da Literatura. Universidade Santo Amaro - UNISA, São Paulo, SP, Brasil. **Rev Bras Saúde Global**, 2021.

PARKER, Richard. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. **Monteiro S, Villela W, organizadores. Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 25-46, 2013.

ROCHA, Fábio Lopes; HARA, Cláudia; PAPROKI, Jorge. Doença Mental e estigma. **Revista Médica de Minas Gerais** (ISSN: 2238-3182), v.25, 2015.

RONZANI, Telmo Mota; FURTADO, Erikson Felipe. Estigma social sobre o uso de álcool. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.59, n.4, p. 326-332, 2010.

SCHEFFER, G.; QUIXABA, A. Trabalho, estigma e uso de drogas: encruzilhadas da inserção ao mercado atual. **Serviço Social & Real**, Franca, v. 24, p. 81-82, 2015.

OLIVEIRA, Eduarda B.; COMIS, Maria Angélica. Atuação dos Psicólogos com Redução de Danos: Revisão da Literatura. **Rev Bras Saúde Global**, v. 1, p. 02, 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Elitiele Ortiz dos, et al. Avaliação do estigma e preconceito na organização de redes de atenção aos usuários de drogas. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2022, v. 75, n. 1 [Acessado 26 Julho 2024], e20210135.

VALERIO, A; MONTEIRO, L. **Guia do projeto de rua**. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011.